

MARIO CESAR FLORES

## Amazônia, problema para estadistas

**A**s circunstâncias definem quesitos cujo preenchimento distingue os políticos médios, que se servem da coisa pública, dos que, com sentido de missão, servem à causa pública; distingue, enfim, os políticos sem grandeza dos estadistas.

No Brasil atual, esses quesitos se situam

basicamente em três áreas.

Primeira: a da redução do descalabro social. Um passo nesse sentido, necessário mais insuficiente, foi o controle da inflação, que sempre castigou mais a população "excluída".

Segunda: a da inserção do Brasil no processo de globalização, intensificado pela tecnologia moderna. Ele vem apresentando senões, mas repudiá-lo é demonstração de ignorância e/ou de conformidade com o atraso. E criticá-lo ao estilo do *hooliganismo* turístico de Seattle, Praga e Melbourne, sem a proposição de caminhos concretos, não contribui para a redução de seus efeitos negativos.

Terceira: a do trato da questão amazônica, crítica sob a perspectiva do interesse objetivo, brasileiro e dos demais países amazônicos, de bem usar a região, sabidamente vulnerável à insensatez ou irresponsabilidade e crítica aos olhos do mundo por alguns motivos racionais e outros, discutíveis ou nutridos no desconhecimento (lembramos o mal-estar vivido pelo Brasil em 1993 em razão do "genocídio ianomâmi" que não houve e a "emoção" mundial com os



**Não se pode deixar a região ao "vale-tudo" de interesses de toda ordem**

incêndios em Roraima em 1999, maior do que a decorrente de incêndios mais graves na Califórnia).

Quanto às duas primeiras áreas, há razoável consciência positiva a respeito, mas a terceira é mal-entendida, sujeita a espasmos de cuidados esquizofrênicos do tipo "risco de intervenção militar"

ou, na mão contrária, carente de medidas eficazes ou objeto de medidas de valor discutível. Aprofundemos isso.

Em tese, já é aceito que as políticas e os projetos relativos à Amazônia devem ser balizados por parâmetros de sustentabilidade e, na conjuntura atual, também por cuidados quanto ao seu uso como teatro de delinquência transnacional. Entretanto, na realidade prática, esse balizamento sofre resistências

de interesses econômicos e sociais (um exemplo do cotidiano, os interesses madeireiros, capital e trabalho) e está comprometido pelas dificuldades de fazer cumprir a lei na região – do que resultam malefícios reais e desgaste internacional, porque, vale insistir, a Amazônia está na agenda global.

O ideal seria que o balizamento, fundamentado no conhecimento científico, fosse compartilhado pelos demais países amazônicos, num quadro de tratado regional abrangente e ativo. Preferencialmente indutor, mas impositivo em temas críticos (meio ambiente/ecologia, lei e ordem), ele deve orientar no tocante, por exemplo, ao uso do solo, das águas e dos recursos naturais (condicionado por critérios imunes aos interesses locais), ao controle de fronteiras e do espaço aéreo, à biodiversidade, ao transporte, à geração de energia, à defesa civil e às políticas fiscais, que têm produzido renda concentrada, mas contribuído pouco para a melhora

das condições gerais de vida na região.

Para a operacionalização do balizamento seria útil um modelo institucional (a observação diz respeito ao Brasil) com alguma capacidade de harmonizar a ação de órgãos públicos, que as ficções ministeriais da Amazônia Legal nunca tiveram (Sudam, instituições financeiras, de controle ambiental, de ciência e tecnologia, de controle e repressão a ilícitos, de apoio social e outras). Inclusive o futuro Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), com o seu sensor e disseminador de informações, o Sistema de Vigilância (Sivam), que, se bem estruturado (o que por ora não está seguro), será capaz de apoiar o funcionamento harmônico de todo o complexo amazônico brasileiro e, com as compreensíveis reservas nacionais, de toda a região, se estendido no quadro do tratado regional supracitado.

Medidas desse tipo irão "ouriçar" ciúmes institucionais (as dificuldades da estruturação do Sipam são um sintoma disso) e a reação das autonomias federativas condicionadas por parquialismos, mas não se terá uma Amazônia sadia a longo prazo se ela for deixada aos ventos do "vale-tudo" que sopram dos quadrantes de interesses de toda ordem. Para controlar esse "vale-tudo" e evitar futuras consequências danosas ao seguro e racional usufruto do potencial amazônico, mais que a visão do político cujo horizonte é a próxima eleição, o que se exige é visão, coragem e preparo inerentes ao estadista, que, até agora, se têm verificado aquém do necessário para a consagração histórica, com louvor.



■ Mario Cesar Flores é almirante-de-esquadra (reformado)